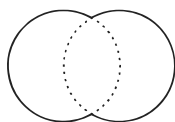


# Moçambique

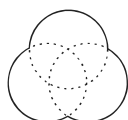
## Visão geral



### Transparência:

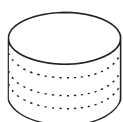
**47** /100

(Pontuação no Índice do Orçamento Aberto)



### Participação Pública:

**15** /100



### Fiscalização do Orçamento:

**41** /100

## Sobre o inquérito

As decisões orçamentárias do governo – quais impostos cobrar, quais serviços fornecer e quanta dívida assumir – têm consequências importantes para todas as pessoas da sociedade. Quando os governos fornecerem informações e canais significativos para o público se engajar nessas decisões, podemos garantir melhor que o dinheiro público é gasto em ações voltadas ao interesse público

O **Inquérito do Orçamento Aberto (IOA)** é o único instrumento global de pesquisa independente, comparativo e baseado em evidências que usa critérios internacionalmente aceites para avaliar o acesso público às informações orçamentárias do governo central; oportunidades formais para o público participar do processo orçamentário nacional; e o papel das instituições de supervisão orçamentária, como legislaturas e entidades nacionais de auditoria, no processo orçamentário.

Este inquérito ajuda a sociedade civil local a avaliar e aferir junto dos governos dos seus países a transparência e o uso dos recursos públicos. Esta 9ª edição do IOA abrange 125 países.

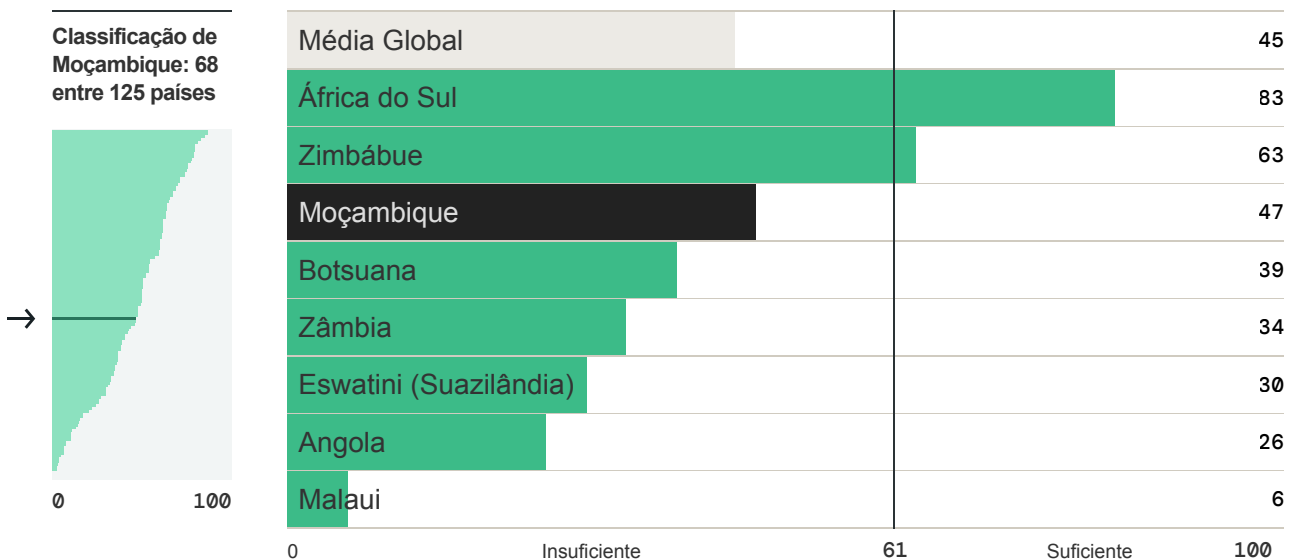
Para obter mais informações, incluindo a metodologia OBS completa, o relatório global de 2023, as descobertas de todos os países pesquisados e o Data Explorer, visite [www.internationalbudget.org/open-budget-survey](http://www.internationalbudget.org/open-budget-survey).

# Transparência

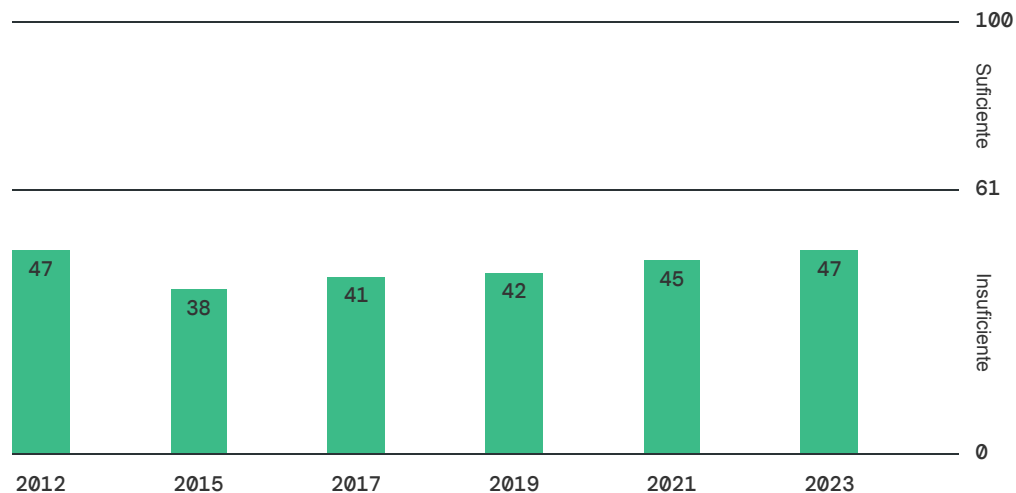
Esta parte do IOA mede o acesso do público à informação sobre como o governo central arrecada e gasta os recursos públicos. Avalia a **disponibilidade por via eletrônica, a pontualidade e a abrangência** de oito documentos orçamentais importantes, usando 109 indicadores de peso igual para pontuar cada país em uma escala de 0 a 100. **Uma pontuação de 61 ou mais indica um país que provavelmente publica material suficiente para sustentar um debate público bem informado sobre o orçamento.**

Moçambique tem uma pontuação em transparência de 47 (sobre 100).

## Transparência de Moçambique em comparação com outros



# Como evoluiu a pontuação em transparência de Moçambique ao longo do tempo?



## Disponibilidade pública de documentos orçamentais de Moçambique

**LEGENDA**

- Disponível para o Público
- Publicado com Atraso, ou Não Publicado por Meios Eletrônicos, ou Produzido Apenas para Uso Interno
- ⊘ Não Foi Produzido

Documento	2012	2015	2017	2019	2021	2023
Declaração Pré-Orçamental	●	●	●	●	●	●
Proposta de Orçamento do Executivo	●	●	●	●	●	●
Orçamento Promulgado	●	●	●	●	●	●
Orçamento Cidadão	⊘	●	●	●	●	●
Relatórios Durante o Ano	●	●	●	●	●	●
Revisão Semestral	●	●	⊘	⊘	⊘	⊘
Relatório de Fim de Ano	●	●	●	●	●	●
Relatório de Auditoria	●	●	●	●	●	●

# Qual a abrangência do conteúdo dos principais documentos orçamentais que Moçambique disponibiliza ao público?

## KEY

● 61-100 / 100

● 41-60 / 100

● 1-40 / 100

Principal documento orçamental	Finalidade e conteúdo do documento	Exercício fiscal avaliado	Pontuação do conteúdo do documento
Declaração Pré-Orçamental	Divulga os parâmetros gerais das políticas fiscais antes da Proposta de Orçamento do Executivo; esboça as previsões do governo para a economia, as receitas, despesas e endividamento.	2023	78
Proposta de Orçamento do Executivo	Apresentada pelo executivo ao poder legislativo para sua aprovação, contendo detalhes sobre fontes da receita, alocações aos ministérios, mudanças propostas em políticas públicas e outras informações para compreender a situação fiscal do país.	2023	41
Orçamento Promulgado	O orçamento aprovado pelo poder legislativo.	2022	78
Orçamento Cidadão	Uma versão mais simples e menos técnica da Proposta de Orçamento do Executivo ou do Orçamento Promulgado, redigida para divulgar dados chaves ao público.	2022	67
Relatórios Durante o Ano	Incluem informações sobre receitas efetivamente arrecadadas, despesas efetivamente feitas e dívida assumida em diferentes intervalos; publicados trimestral ou mensalmente.	2022	70
Revisão Semestral	Uma atualização abrangente sobre a execução do orçamento no meio do ano, com a revisão dos pressupostos macroeconómicos e uma previsão atualizada dos resultados orçamentais.	2022	Não produzido
Relatório de Fim de Ano	Descreve a situação das contas do governo no final do exercício fiscal e, idealmente, uma avaliação do progresso para alcançar as metas de política pública do orçamento.	2021	60
Relatório de Auditoria	Emitido pela Instituição Suprema de Auditoria, este documento examina se as contas de fim de ano do governo são corretas e completas.	2021	33

Moçambique: A pontuação no quesito transparência de **47** no IOA de 2023 é próxima de sua pontuação em 2021.

# Recomendações

Moçambique deve priorizar as seguintes ações para melhorar a transparência orçamental:

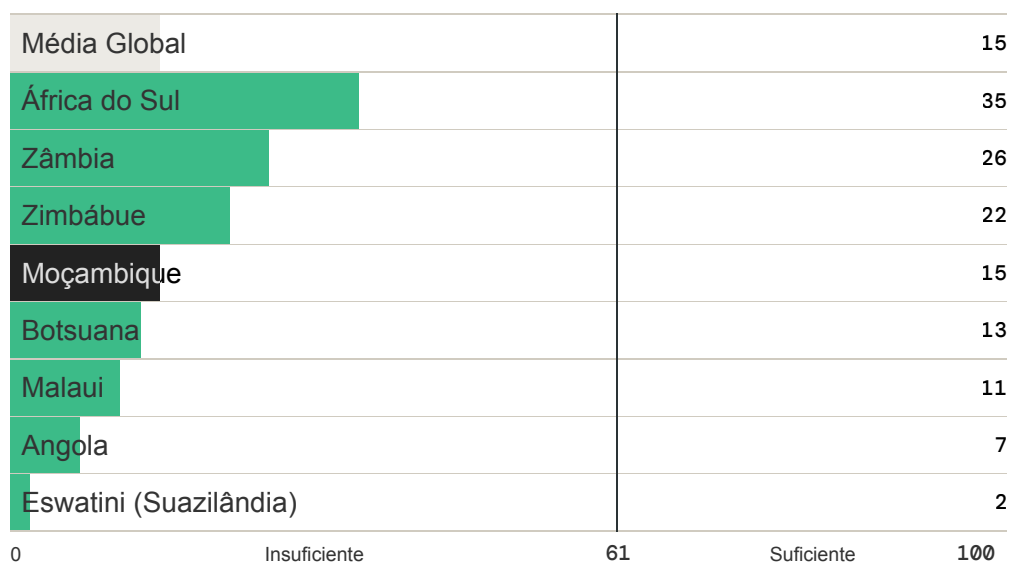
- Melhorar a abrangência da Proposta de Orçamento do Estado, incluindo informações sobre gastos fiscais, fundos extraorçamentários e ativos e passivos do governo; e apresentar estimativas de despesas e receitas para um período de vários anos, entre outros dados sobre a posição financeira do governo e informações sobre seu desempenho e suas políticas.
- Produzir e publicar Revisão Semestral por via eletrônica em tempo hábil.
- Incluir comparisons between borrowing estimates and actual outcomes, comparisons between planned nonfinancial outcomes and actual outcomes and comparisons between the original macroeconomic forecast and actual outcomes no Relatório de Fim de Ano.
- Melhorar a abrangência do Relatório de Auditoria, incluindo, entre outros itens, um resumo executivo do documento.

# Participação Pública

O IOA avalia as oportunidades formais franqueadas ao público para uma participação significativa nas diferentes etapas do processo orçamental. Examina as práticas do executivo, do poder legislativo e da instituição suprema de auditoria (ISA) do governo central, com base em 18 indicadores de peso igual, alinhados com os [Princípios de Participação Pública na Política Fiscal](#) da *Global Initiative for Fiscal Transparency*, e pontua cada país em uma escala de 0 a 100.

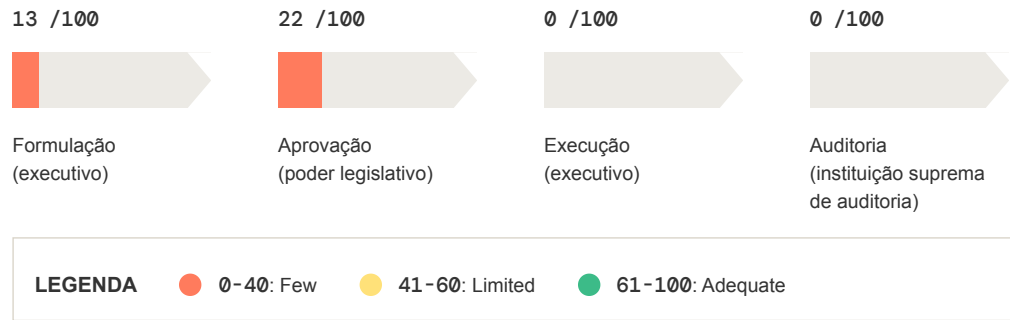
Moçambique tem uma pontuação no quesito participação pública de **15** (sobre 100).

## Participação pública de Moçambique em comparação com outros



Veja maiores informações sobre práticas de participação pública no mundo, [aqui](#).

# Alcance das oportunidades para a participação pública no processo orçamental



## Recomendações

O Ministério da Economia e Finanças de Moçambique estabeleceu consultas públicas durante a formulação do orçamento mas, para fortalecer mais ainda a participação pública no processo orçamental, também deveria priorizar as seguintes ações:

- Testar mecanismos para o público monitorar a execução do orçamento.
- Ampliar os mecanismos durante a formulação do orçamento para qualquer organização da sociedade civil ou membro do público que quiser participar poder fazê-lo.
- Promover ativamente a participação de comunidades vulneráveis e sub-representadas, diretamente ou através de organizações da sociedade civil que as representam.

O Assembleia da República de Moçambique realiza audiências públicas relativas à aprovação do orçamento anual e contribuições escritas relativo à revisão do Relatório de Auditoria, mas também deveria priorizar as seguintes ações:

- Permitir que qualquer membro do público ou qualquer organização da sociedade civil deponha em suas audições sobre a proposta orçamental antes de sua aprovação. Ampliar a acessibilidade, aproveitando as redes sociais e outras plataformas de fácil acesso para receber comentários sobre os documentos orçamentais. Além disso, publicar um relatório, em tempo hábil, detalhando as contribuições recebidas, incluindo um retorno sobre como as contribuições dos participantes foram tratadas na proposta de orçamento.

O Tribunal Administrativo de Moçambique deveria priorizar as seguintes ações para melhorar a participação do público no processo orçamental:

- Estabelecer mecanismos formais para o público auxiliar no desenvolvimento de seu programa de auditoria e contribuir para investigações relevantes.

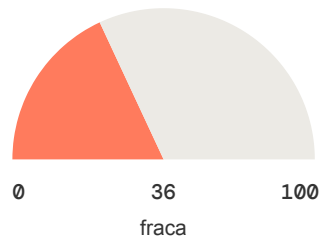


# Fiscalização do Orçamento

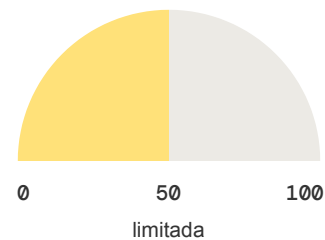
O IOA examina o papel do poder legislativo e das instituições supremas de auditoria (ISAs) no processo orçamental e até que ponto elas proporcionam uma fiscalização adequada. Cada país recebe uma pontuação de 0 a 100, com base em 18 indicadores de peso igual. O inquérito também levanta informações adicionais sobre instituições fiscais independentes (ver Destaque).

O poder legislativo e a instituição suprema de auditoria de Moçambique, juntos, fazem uma fiscalização limitada durante o processo orçamental, com uma pontuação conjunta de **41** (sobre 100). Avaliados por separado, o grau de fiscalização de cada instituição é o seguinte:

## Fiscalização pelo legislativo



## Fiscalização pela instituição de auditoria



**KEY**    ● 0-40: Few    ● 41-60: Limited    ● 61-100: Adequate

## Recomendações

O Assembleia da República de Moçambique oferece uma fiscalização limitada durante a etapa de planeamento no ciclo orçamental e uma fiscalização fraca durante a etapa de execução. Para melhorar a fiscalização, as seguintes ações deveriam ser priorizadas:

- O poder legislativo deve debater a política orçamental antes do envio da Proposta de Orçamento do Executivo, e aprovar recomendações para o próximo orçamento.
- As comissões do Parlamento - especialmente a "Comissão do Plano e Orçamento - CPO" - devem publicar relatórios por via eletrônica com suas análises da Proposta de Orçamento do Estado.

- Uma comissão do Parlamento (a Comissão do Plano e Orçamento - CPO) deve examinar a execução do orçamento durante o ano, e publicar relatórios por via eletrônica com suas conclusões.
- Na prática, garantir que o poder legislativo seja consultado antes que o executivo transfira recursos entre unidades administrativas especificadas no Orçamento Promulgado durante o exercício fiscal, e gaste qualquer receita imprevista ou reduza gastos devido a uma insuficiência da receita.
- A legislative committee should examine the Audit Report and publish a report with their findings online, in a timely manner.

Para fortalecer a independência e melhorar a fiscalização da Tribunal Administrativo do Moçambique, as seguintes ações são recomendadas:

- Garantir a disponibilidade de financiamento suficiente para desempenhar suas tarefas institucionais, conforme determinação de uma entidade independente (ex., poder legislativo ou judiciário).
- Garantir que os processos de auditoria sejam revistos por um órgão independente.

### **A prática emergente de estabelecer instituições fiscais independentes**

Moçambique não possui uma instituição fiscal independente (IFI). Cada vez mais, os IFIs são reconhecidos como provedores valiosos de informações independentes e imparciais para o Executivo e/ou Legislativo durante o processo orçamental.

*\*Estes indicadores \*não\* são pontuados no Inquérito do Orçamento Aberto.*

# Metodologia

---

- O IOA de 2023 avaliou apenas documentos publicados e eventos, atividades ou novidades ocorridos até 31 de dezembro de 2022.
- Este inquérito se baseia em um questionário preenchido em cada país por um especialista independente em assuntos de orçamento

Estrela Eduardo Soda Charles  
Center for Public Integrity

[estrelacharles2@yahoo.com.br](mailto:estrelacharles2@yahoo.com.br); [cip@cipmoz.org](mailto:cip@cipmoz.org)

- Para reforçar a pesquisa, o draft do questionário sobre cada país também é revisado por um especialista anônimo independente e, no caso de Moçambique, por um representante do Ministério da Economia e Finanças.